

Meios de comunicação, educação ambiental e Estado Liberal¹

Francisco José Daher Junior, UFT²
Profª. M.Sc. Adriana Cristina Omena dos Santos,
Universidade Federal do Tocantins – UFT e ECA/USP³

Resumo

O presente texto é resultado de pesquisa teórico-descritiva e analítica, na temática da Educação Ambiental e sua relação com os meios de comunicação. De caráter interdisciplinar, o texto aborda as teorias da comunicação, questões relacionadas à ideologia e ao meio ambiente da informação para analisar a ciência e a educação ambiental sob a perspectiva da comunicação ambiental no mundo globalizado, que vive as consequências do estado liberal. Ao abordar a homogeneização da cultura e a lógica iluminista de dominação, o texto mostra a educação ambiental e seu viés apocalíptico abordado nos últimos anos.

Palavras-chave: educação ambiental, meio ambiente, meios de comunicação

¹ Trabalho apresentado na Altercom – Jornada de Inovações Midiáticas e Alternativas Comunicacionais, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Artigo produzido na disciplina Comunicação e Educação Ambiental, orientado pela professora Valquíria Guimarães do curso de pós-graduação Comunicação, Sociedade e Meio Ambiente – UFT.

² Jornalista, Diretor de Comunicação da Universidade Federal do Tocantins e aluno do curso de pós –graduação Lato Sensu, Comunicação, Sociedade e Meio Ambiente da UFT, e-mail chicodaher@uft.edu.br.

³ Professora no Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Mestre e Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) acomena@usp.br

Os meios de comunicação e a questão ambiental

Os meios de comunicação – e aqui uma reserva especial à expressão “de massa” – têm sido objeto de estudo praticamente desde os anos 40, quando engenheiros e matemáticos passaram a preocupar-se como o tema, a partir da necessidade de quantificar, limpar e fazer chegar ao que consideravam “massa” as informações oriundas das novas tecnologias de então.

Como observa Orlando Miranda (1978, p. 16)

[...] Seu objetivo primordial era a mecânica envolvida, a limpidez dos ‘canais’, a minimização dos ‘ruídos’, e a clareza dos ‘códigos’, tudo com vistas a que a transmissão se fizesse de modo a satisfazer a ‘intenção’ do informante, com o mínimo de ambigüidade ou distorções. Assim, partiu-se de que ‘alguma coisa pode ser comunicada’, e, dada a natureza da maior parte dos aparelhos de longo alcance (rádio, fonógrafo, cinema), comunicação a um público desconhecido e indiferenciado (‘massa’).

A questão ambiental, por sua vez, começa a ganhar corpo a partir de 1971. O “1 Relatório do Clube de Roma chamava a atenção do planeta para os limites do crescimento” trazendo à luz um dos temas mais instigantes e polêmicos da humanidade. Instigante porque, a exemplo do próprio estudo dos meios de comunicação, coloca-se no centro de grandes embates ideológicos, e, polêmico, pelo fato de termos nas raízes de tais embates um rico material que diz respeito à própria sobrevivência do planeta, contudo longe de um consenso.

Neste cenário, não podemos negar que “a evolução nos processos de comunicação, proporcionada pelo desenvolvimento tecnológico, é um dos fatores responsáveis por uma nova etapa no relacionamento do homem com o meio ambiente” (RAMOS, p.13). Aqui temos uma constatação interessante, considerando a afirmação do autor de que

nos últimos anos o planeta saiu da esfera do conhecimento local e regional, saltando para uma dimensão global: interligado pelas redes de comunicação e com o auxílio dos satélites computadorizados, qualquer ponto da terra pode ser visualizado e pesquisado, em qualquer momento, obtendo-se informações praticamente simultâneas sobre os mais diversos acontecimentos que envolvem o homem, a sociedade e a natureza (RAMOS, 1996, p.13).

Com o advento da Rio 92, a questão ambiental passou realmente a ser ponto de pauta dos meios de comunicação. A opinião pública passa a ser disputada de forma sistemática, haja vista os inúmeros interesses envolvendo a questão. No Brasil, por exemplo, a expressão jornalismo ambiental ganha corpo com a Rio 92.

De lá para cá, inúmeros problemas têm sido levantados com relação ao papel dos meios de comunicação neste processo de discussão sobre o meio ambiente. A educação

ambiental, apontada por muitos como uma luz no fim do túnel para clarear o futuro da humanidade passa pelos próprios meios de comunicação, considerando-se sua capacidade de mobilização, penetração e alcance.

Contudo, o que pretendemos mostrar é que esta hipótese encontra-se longe de tornar-se realidade, considerando-se que as ambigüidades aumentam à medida que a questão ambiental envolve-se em mitos e realidades muito próximas às dos próprios meios de comunicação, num Estado que perpetua a lógica iluminista da dominação.

O mito da “massa” e a “realidade” da comunicação

A partir da década de 40, quando engenheiros e matemáticos começaram a estudar os meios de limpar os canais e eliminar ruídos para uma maior eficácia dos meios que começavam a se despontar – rádio, fonógrafo e cinema -, conforme Orlando Miranda (1978, p. 16), “a comunicação de massa seria apenas um tipo específico de comunicação, diverso da comunicação interpessoal e merecedor de análises próprias não só por sua recente e crescente difusão, mas também por incluir problemas novos...” Tais problemas estariam ligados à dificuldade em se obter respostas do receptor, pois somente desta maneira é que se poderia comprovar a eficácia do processo. Isso começou a chamar a atenção de estudiosos como Weaver (1949, p. 11-15) *apud* Miranda (1978) quando afirma que

[...] sistematizando a análise, assinalaria a presença de três áreas de problemas comunicacionais – técnicos, semânticos e de influência, entendendo-se estes últimos como referidos ao ‘êxito de, através do significado transmitido ao receptor, provocar a conduta desejável de sua parte’⁽¹⁾. Considerando-se a apropriação por uma minoria dos meios de difusão e a perspectiva de obter ‘condutas desejáveis’ por parte do público abria caminho para uma possibilidade de manipulação e controle social.

Abria-se, a partir daí, um leque interminável de análises fundamentadas em diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, ciência política, psicologia e antropologia, entre outras, com diferentes orientações teóricas. As mais tradicionais estavam mais ligadas aos estudos de mercado, principalmente nos Estados Unidos. A idéia básica era pesquisar os efeitos da comunicação de massa sobre determinada audiência.

Eram análises que não buscavam afetar o *status quo*, com enfoques baseados em pressupostos como a isenção de juízo de valor, propondo-se também a serem racionais e lógicos. Contudo, a Escola de *Frankfurt* surge criticando tais caminhos, ao defender o princípio de que sociedade capitalista entra em novo patamar à medida que escamoteia, por

detrás da tecnologia e da própria democracia, conforme Marcuse (1972, p 15), “[...] a escravidão universal, enquanto que ao mesmo tempo, com o desaparecimento da competição livre, a qualidade inerente ao bem de consumo deixa de ser um fator decisivo na sua comercialidade”.

Ou seja, a simples avaliação dos efeitos da comunicação de massa sobre os consumidores não daria uma panorâmica da realidade uma vez que a luta revolucionária estaria perdendo força a partir da cooptação da classe operária pelo sistema.

Althusser (1985) entra mais a fundo nesta questão ao conceber os meios de comunicação como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Segundo ele, o Estado, por meio da imprensa, rádio e TV, manipula o povo ideologicamente. Ele parte do princípio de que a busca final é sempre a reprodução das relações de produção, ou seja, das próprias relações capitalistas de exploração.

Na América Latina, na década de 70, Armand Mattelart que busca um novo caminho – a partir do conceito de ideologia althusseriana, aliado ao conceito fetichismo do objeto de consumo, de Kal Marx -, tentando ligar sua análise dos meios de comunicação a um programa de libertação nacional, com o pressuposto da participação comunitária. O trabalho, realizado no Chile, intensifica-se nos últimos meses do governo de Salvador Allende (GUARESCHI, 1981).

Conforme Pedrinho Guareschi (1981, p. 18), “no universo dos fetiches, os meios de comunicação aparecem como entidades apresentadoras e possuidoras de autonomia, com suas próprias vontades e sua alma, como determinados epifenômenos que transcendem a sociedade em que eles são inseridos”.

Para o autor a ideologia também mistifica os meios, justamente no caráter ideológico das mensagens emanadas por eles, conforme sustenta Mattelart *apud* Guareschi (1981). Aqui, ele define a ideologia como um sistema que está impregnado no cotidiano das pessoas reforçando, portanto, desejos e hábitos que permeiam o nosso dia-a-dia.

[...] isso significa, também, afirmar que a grande maioria das pessoas atravessa a vida sem, talvez, nunca se dar conta dos verdadeiros fundamentos dessas representações. É uma situação de existência que as pessoas vivem, como se fosse uma natureza social, e que é imposta sobre elas por um modo de produção que afeta todas as relações sociais (GUARESCHI, 1981, p. 18).

Estudos mais recentes em pesquisa de comunicação procuram mostrar o efeito social da mídia, conforme a hipótese da *Agenda Setting* e a própria Espiral do Silêncio. No

caso da *Agenda Setting*, as pessoas elencam seus assuntos em função do que a mídia veicula, impedindo que outros temas sejam conhecidos ou comentados.

A Espiral do Silêncio, as discussões acerca da opinião ganham força, pois os defensores desta teoria entendem que as percepções do clima de opinião decorrem dos próprios meios de comunicação e das observações diretas que o indivíduo faz (ou deixa de fazer) no seu próprio meio.

Seja diante da instrumentalização funcionalista, de análises estruturais com reduzida possibilidade de generalização (*Agenda Setting* e Espiral do Silêncio) ou de estudos críticos com grande densidade – mas ainda pouco sistematizados –, é possível dizer o óbvio que muitos autores vêm dizendo há algum tempo no sentido de que ainda existe carência de valor teórico nos enfoques.

Mesmo assim é possível concluir que, mesmo não se submetendo totalmente ao que determinam os meios de comunicação de massa – ou aos que determinam os meios –, não podemos negar que estes atuam de forma decisiva nas relações e estrutura sociais, criando necessidades e valores.

Para entender este contexto, porém, adotaremos a linha de Moreira (1979, p. 99):

[...] partimos por aceitar que a ideologia é a categoria teórica básica para a análise da comunicação e da cultura e a conceituamos, para efeito de nossos objetivos, como ‘racionalização das contradições segundo os interesses da classe dominante, visando, exatamente justificar e perpetuar a esta dominação (...)’ Afirmamos também que não se pode trabalhar com a categoria ideologia no abstrato, mas, ao contrário, é necessário, ao mesmo tempo, tentar surpreender os mecanismos do seu funcionamento como instância da estrutura social e como realidade historicamente contextualizada.

O meio ambiente e o “*meio ambiente*” da informação

Assim como na comunicação, a investigação ambiental passa pela interdisciplinaridade. Neste caso, também partiremos do princípio de que a ideologia é a categoria básica à análise a qual nos propomos.

Vamos considerar, inicialmente, de acordo com Ramos (1996, p.29), que “a ampla e irrestrita difusão de informações sobre a problemática ambiental é, portanto, um elemento essencial para a consecução dessa desejada prática interdisciplinar”. Porém, conforme o mesmo autor

[...] o problema da interligação entre as diversas áreas do conhecimento se acentua à medida que, muitas vezes, as particularidades temáticas e o vocabulário específico de cada área dificultam o entendimento recíproco, tornando-se um fator limitante para o alcance de uma visão globalizante do meio ambiente (RAMOS, 1996, p. 29).

Somando-se a esta primeira dificuldade, temos uma sociedade baseada na lógica da dominação – uma herança do iluminismo. Neste contexto histórico, assim como na comunicação, vários conflitos se desenrolam, chegando alguns a considerar a ecologia como a última ideologia da humanidade.

Ora, a partir do momento que aceitamos esta lógica, estaríamos diante de uma “bandeira”, e não de uma ciência. A própria lógica dominante procura misturar a bandeira com a ciência, por exemplo, ao referir-se aos ecologistas de forma estigmatizada, classificando-os como “radicais”, contrários ao desenvolvimento, muito bem exemplificado por Ramos (1996, p.116):

[...] ‘os verdes’, ‘os ecologistas’, ou ‘os homens verdes’ são algumas das formas mais comumente empregadas para designar o movimento ecológico. Essas designações são normalmente usadas quando se trata o movimento ambiental como se fosse todo homogêneo, estando associada, em muitos casos, a uma preocupação em rotular os ‘ecologistas’ com uma imagem de ‘radicais’ e contrários ao desenvolvimento [...].

Além do “estigma da raça”, temos a dogmatização da ciência, que passa a ser usada como instrumento para justificar essas ou aquelas ações que poderiam sofrer pressão da opinião pública, ou das opiniões públicas, como preferem alguns, haja vista que um dos problemas reais oriundos deste processo é a própria disputa desta ou destas “opinião(ões)”.

A situação torna-se mais complexa se consideramos a seguinte colocação de Moreira (1979, p. 57):

[...] trata-se de perguntar o que não é ideológico, na medida em que a ciência é, e própria, um produto realizado dentro da estrutura social, localizando-se precisamente na sua dimensão simbólica, o que significa que a tentativa pela ciência em explicar (fazer teoria) a realidade é também produto da realidade e não escapa às relações entre a base e a superestrutura.

Aqui cabe também uma reflexão acerca das distinções que são feitas entre as ciências sociais e naturais, considerando-se que as ciências do ambiente necessitam das duas vertentes para funcionar, residindo aí mais um foco que merece total atenção quando elegemos a ideologia como categoria teórica básica para esta análise.

Echeverrie e Castillo (1974, p. 9-74) *apud* Moreira (1979, p. 57) “observam que a ideologia também impregna a ciência de uma sociedade e que, no capitalismo, são as ciências

sociais que sofrem sua influência com maior nitidez: ‘As ciências da natureza são uma das aquisições que a sociedade capitalista pode mostrar’” por constituir-se “[...] de um *corpus* considerável de ciências físico-químicas ao mesmo tempo a-histórico, não dialético e extraordinariamente eficaz e operatório’ ”.

Isso significa que, dominar o conhecimento de uma realidade física e química, ainda, segundo Moreira (1979), “é um ideal que hoje não choca nem os interesses nem os valores de qualquer classe social”. Entretanto, podemos dizer que é justamente neste ponto que encontramos a janela para perceber as possibilidades de nova disputa ideológica, a exemplo do que ocorreu na passagem da Idade Média para o Renascimento, quando igreja, físicos, e astrônomos, entre outros, travaram grande embates neste campo do conhecimento.

Quando analisamos as discussões sobre aquecimento global, por exemplo, tendo como pano de fundo o Tratado de Kyoto, percebemos claramente um grande embate ideológico, sendo a “verdade científica” o ponto apresentado para se justificar esta ou aquela posição. Ninguém nega o aquecimento do planeta. Contudo, a justificativa de que isso ocorre devido à emissão de gases é questionada sistematicamente com o argumento da falta de prova científica.

Diante deste cenário de disputas ideológicas, onde os interesses comerciais, industriais e culturais se misturam e se confundem com as necessidades de preservação ambiental, aliados a uma forte influência dos meios de comunicação, é que encontramos a matéria-prima para a discussão da educação ambiental. O grande desafio que se impõe neste cenário é justamente saber como educar, a quem educar e o qual o objeto desta educação, tema que trataremos a seguir.

Educação ambiental sob a perspectiva da comunicação

Para o desenvolvimento deste tema, é necessário conhecer as tendências e cenários da educação no mundo, com foco na educação superior, haja vista que a formação do professor que vai trabalhar com a educação ambiental passa pela academia; mas sempre lembrando que estamos costurando com a perspectiva educacional a influência dos meios de comunicação e as ciências do ambiente, sem perder o foco de que a ideologia continua sendo a categoria teórica básica para esta análise.

Segundo Povoas (2004), constata-se na atualidade três grandes cenários para o ensino superior em nível mundial:

A primeira tendência traduz-se na mudança no modelo organizacional, na especialização das instituições e na sua fusão e interação, conformando um novo espaço de ensino e pesquisa.

A segunda encontra-se na diversificação do ensino e sua transformação em processo de aprendizagem continuada, com ausência de fronteiras rígidas entre suas múltiplas facetas.

A última tendência verifica-se no modo de execução das atividades acadêmicas, decorrente da influência do modelo industrial na prestação de serviços, das transformações na pesquisa (coletivos e multidisciplinares) e na extensão (em sintonia com as demandas sociais).

Entre os cenários elaborados pelo professor Povoas, com base nestas tendências, estão as perspectivas de “encontro entre os povos”, por meio da globalização, a “homogeneização das culturas”, com o mundo transformado em uma grande cadeia de produção; a “manutenção das diferenças”, com o mundo dividido em grandes blocos, mas sob a égide da estagnação; e o “aumento do fosso entre o Norte e o Sul”, com a globalização sofrendo um grande retrocesso.

No primeiro caso, “o cenário dominante na Educação é a sua valorização econômica e cultural”, cabendo à Organização Mundial do Comércio (OMC) e à Unesco um papel ativo, principalmente na fiscalização dos acordos.

Na perspectiva de uma homogeneização cultural, a educação é valorizada economicamente:

[...] A integração existe para garantir a concorrência, observados padrões internacionais de qualidade e equivalência sob a chancela da OMC. A Educação a Distância, as franquias, os campi avançados e o estímulo ao intercâmbio de estudantes e professores orientam o vetor de internacionalização, tendendo o patrimônio cultural à homogeneização. A captação de recursos passa a vigorar como forma de financiamento educacional, tornando organismos como a Unesco simples mediadores (PÓVOAS, 2004).

Os dos cenários subseqüentes – manutenção das diferenças e o “aumento do fosso entre o Norte e o Sul” – a educação, respectivamente é “valorizada econômica e culturalmente, tendo sua integração reduzida por protecionismo que objetiva a preservação de heranças e valores culturais” (PÓVOAS, 2004) ou torna-se um “objeto de mercantilização, sem regulamentação”.

O curioso é que, independente do que pode ocorrer no futuro, os cenários apontam para a mercantilização da educação. De forma mais tênue ou arrasadora, a educação tende a ser uma mercadoria, a manter-se a herança iluminista de dominação.

Num cenário apocalíptico, alguns estudiosos acreditam estar na própria educação o canal para que nos reconheçamos e, conseqüentemente, possamos imprimir um basta à lógica da dominação, com o foco voltado para a América Latina. Se tomarmos como base a teoria desenvolvimentista da CEPAL, de acordo com Rodrigues e Neto (2005, p. 108-109), “na sua intenção de promover uma concepção relativista da sociedade latino-americana da época, chama a atenção para os problemas reais das desigualdades do desenvolvimento capitalista e focaliza as causas do subdesenvolvimento dos países da área [...] como derivado da divisão capitalista do trabalho [...]”.

Neste contexto, o desenvolvimento da indústria seria a solução para o problema do subdesenvolvimento nesta mesma área, “concepção que inequivocamente, favorecia a burguesia nacional da indústria” (RODRIGUES e NETO, 2005, p. 108-109).

Com relação à educação, os idealizadores da CEPAL entendiam que o seu desenvolvimento constituía uma variável independente:

[...] Apesar desta transcendental e perigosa concepção, alguns autores apontam que ela se materializou em um entusiasmo ‘quase místico, ao considerar a educação como uma via em si mesma, para vencer o desenvolvimento secular dos povos latino-americanos, sem levar em consideração as circunstâncias econômicas e políticas, responsáveis diretos pela existência da estrutura econômico-social da área’ (Chaves e Canovas, 1995, p.6) e teve repercussão nas tentativas de reformas educacionais de Eduardo Frei no Chile (sic), de Juscelino Kubitschek, no Brasil, e de Arturo Frondizi, na Argentina (RODRIGUES e NETO, 2005, p. 108-109).

Mesmo não animado pelo aspecto desenvolvimentista latino-americano, podemos dizer que a lógica de considerar a educação uma via em si mesmo, por meio de outras roupagens ou dimensões, tem sido colocada na atualidade. Vejamos o exemplo de Morin (2000, p. 113), ao referir-se sobre o caminho da humanidade sob a ótica do que denomina “antropo-ética”.

Aqui, o desenvolvimento cede lugar ao que ele chama de salvação da humanidade:

Enquanto a espécie humana continua sua aventura sob a ameaça de autodestruição, o imperativo tornou-se salvar a Humanidade, realizando-a... Na verdade, a dominação, a opressão, a barbárie humanas permanecem no planeta e agravam-se. Trata-se de um problema antropo-histórico fundamental, para o qual não há solução a priori, apenas melhoras possíveis, e que somente poderia tratar do processo multidimensional que tenderia a civilizar cada um de nós, nossas sociedades, a Terra (MORIN, 2000, p. 114).

Esta lógica de salvação da humanidade tem direcionado boa parte das discussões acerca do meio ambiente. Neste aspecto é que a educação ambiental ganha importância como força indutora de um processo que visa também a “salvação da humanidade”.

Observemos como a ideologia pode estar direcionando as discussões para uma tendência à acomodação e manutenção do *status quo*. “Se não existe solução *a priori*”, devemos atenuar os conflitos?

Paulo Freire, quando fala na capacidade de a liberdade subjetiva que o homem possui prevalecer sobre a objetividade imposta, ele também busca no próprio homem a chave para a liberdade. Na sua concepção, o ser humano está dominado desde que nasce, seja pela cultura e pela educação, entre outros fatores, sendo, portanto, necessário que ele “liberte-se dessas amarras”, e adquira uma conscientização para reconstruir o seu próprio ser.

Trata-se de proposta clara de oposição à pedagogia tradicional, na qual o alvo a ser atingido seria o próprio contexto que oprime o ser humano. Assim, vamos considerar a hipótese de que a antropo-ética de Morin encontre em Freire um fio condutor capaz de nos levar ao que ele define como “nascimento concreto à Humanidade”, conclamando esta própria humanidade a lutar por sua existência, sob pena de desaparecer da face da terra.

Neste contexto, duas vertentes ideológicas podem se chocar ou uma engolir a outra. Considerando-se que, na perspectiva de um “eterno” mundo capitalista, a própria ideologia que reforça a lógica da dominação se aproprie justamente do mito da liberdade para justificar a perpetuação de um mundo com as mesmas relações de produção, mas mais tênue, confortável e seguro, uma vez que o risco maior – a sobrevivência da humanidade – deve ser evitado.

Isso pode ser observado no próprio discurso acerca do Desenvolvimento Sustentável (DS), apresentado como o caminho para a estabilização social e econômica. O mundo, numa perspectiva apocalíptica, busca em novos paradigmas as possíveis “saídas” que tentem evitar o seu fim. Podemos dizer que, independente das linhas teóricas que tratam o tema DS, o resumo da ópera pode estar nesta sinopse.

Contudo, algumas reflexões se fazem necessárias para que possamos tentar entender um pouco melhor o que se passa nesta relação, a partir da intensidade do discurso que procurar colocar o ser humano como o principal vírus responsável pela possível destruição não só de sua espécie, mas de todo o planeta.

No momento em que o imperialismo deixa de representar a dominação de um país sobre outro, cedendo lugar à “ditadura” do capital transnacional, o mundo, como num passe de mágica, passa a ser retratado em um *cyber* café, com notícias e troca de informações acontecendo em tempo real.

Em princípio, um ambiente perfeito para que novas idéias se multipliquem dentro do ideal liberalista. Voltando um pouco no tempo, talvez um ideal muito próximo de exercício de poder experimentado no momento máximo em que a burguesia combatia o Estado absolutista. O iluminismo destruía o Estado medieval, transformando-o em instituição humana, cuja vontade do povo deveria garantir a sua legitimidade. A tarefa primordial deste Estado era oferecer o bem-estar aos indivíduos.

A justiça passava a ser ordenada para garantir a liberação de todo e qualquer entrave que ameaçasse o sistema econômico. Assim, o poder público tinha que cumprir as leis para garantir o funcionamento do próprio Estado. Os controles passaram a tomar forma e, ao contrário do que estava previsto, o Parlamento, por exemplo, em vez de funcionar apenas como elemento mediador da sociedade, passou a ser realmente um instrumento de poder, o mesmo ocorrendo com o judiciário.

Dado ao exposto, a primeira questão a ser levantada é saber se o discurso do DS – o mesmo se aplicada ao discurso acerca da Educação e da Comunicação - carrega a proposta de uma nova ordem econômica, jogando por terra o conceito de Estado definido a partir do século XIX.

Em princípio – contendo o atrevimento -, a resposta é não. Contudo, as consequências dessa tendência, traduzida sob a forma de “nova ordem mundial”, “nova era” ou “governo global”, entre outras, podem não estar sendo calculadas de forma adequada, o que sugere a necessidade de estudos mais profundos, multidisciplinares, que tenham na ideologia o centro da análise, sem desprezar, contudo, a própria análise do discurso.

Seguindo esta linha de raciocínio, procuramos justificar que está havendo uma profunda mudança no discurso liberal, a partir de uma realidade concreta – a necessidade de se pensar as relações de produção com a visão da sustentabilidade, sob pena de inviabilidade da raça humana no planeta - que, até então, tinha no indivíduo e no seu bem-estar a base de seu próprio ideal. Esta base, agora, é escamoteada pelo discurso do coletivo e o seu bem-estar, num contexto que nos remete mais à questão populacional que propriamente à melhoria da qualidade de vida por meio da diminuição das diferenças sociais. Se o temor a Deus foi

fundamental para se garantir o Estado feudal, por exemplo, o temor à natureza passa a ter o mesmo papel, quando o que está em xeque é a economia global (liberal).

Considerações finais

Elegendo como cenário para o nosso trabalho a perspectiva da “homogeneização das culturas”, apontado anteriormente, podemos dizer que a globalização é um tendência de longo prazo. A homogeneização leva à tecnificação da educação e, neste caso, conforme Rodrigues e Neto (2005, p. 180), “[...] ao tecnificar o ensino programado, os meios de comunicação que intervêm no processo educativo relegam a segundo termo o princípio de individualização”.

E Zemelman (1984, p. 39) *apud* Rodrigues e Neto (2005, p. 180), ao comentar sobre a tecnologização dos meios de comunicação diz que “[...] Na homogeneização, pretende-se que todos pensem o mesmo e igual, que todos tenham as mesmas expectativas, que todos tenham o mesmo mundo de mercado, portanto, as mesmas exigências de satisfação”.

Somando-se a isso, se utilizarmos o questionamento de Moreira (1979) sobre “o que não é ideológico”, parece que chegamos a um impasse que não exige apenas um aprofundamento dos estudos sobre a sua problematização do tema Meios de Comunicação e Educação Ambiental, mas uma tomada de posição.

Se realmente todas as nossas ações estão impregnadas de ideologia, não vejo pecado em assumir uma postura contrária à lógica da dominação. Resgatando os valores de Freire, caberia ao educador assumir este papel, apontando no próprio ensinar as contradições e o caráter repressor da sua própria maneira de ensinar.

Gadotti (1978, p. 14) *apud* Fadul (1979, p. 56), defende que:

[...] se amanhã uma educação revolucionária for possível é apenas porque, hoje, no interior da educação conservadora e reacionária, os elementos de uma nova educação, de uma outra educação libertadora, se formaram dentro de uma educação conservadora e reacionária. Essa mudança de um espaço dominado para um espaço dominante não se fará espontaneamente, nem de um momento para outro; por isso é necessária uma verdadeira pedagogia de conflito que evidencie as contradições, em vez de camuflá-las, com paciência revolucionária, consciente de que historicamente é possível fazer, mas sem se omitir.

Ponto! Na sala de aula, um universo ainda restrito para muitos, é possível se chegar a este denominador comum. Contudo, quando nos apoiamos nos discursos clamando

para a salvação da humanidade, e colocamos os meios de comunicação como instrumentos capazes de promover uma ação mais efetiva no que tange à educação ambiental face ao seu poderio de fogo, dificilmente chegaremos a um consenso.

Se o cenário da “homogeneização se tornar realidade, podemos dizer que os meios de comunicação serão fundamentais no processo da educação ambiental”. E esta, já tecnificada, reforçaria a lógica iluminista da dominação. Neste caso, com o agravante de levar em seu discurso a mensagem apocalíptica de que todos devem se curvar a esta lógica, face ao risco de a humanidade desaparecer da face da terra. Pasmem, mas se o temor a Deus foi fundamental para se garantir o Estado feudal, por exemplo, o temor à natureza passa a ter o mesmo papel, quando o que está em xeque é a economia global (liberal). Tal perspectiva pode levar o mundo a experimentar um totalitarismo jamais visto nem mostrado em qualquer obra de ficção, com o Estado Liberal encontrando o seu verdadeiro eu.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

FADUL, Anamaria. *A Ação Pedagógica na Escola de Comunicação (Notas para uma reflexão)*. In Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação. São Paulo : Cortez e Moraes : INTERCOM, 1979

GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação & Poder – A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. Petrópolis : Vozes, 1981

MARCUSE, H. *Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MIRANDA, Orlando. *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. 2 ed. São Paulo : Summus, 1978

MOREIRA, Roberto S.C. *Teoria da Comunicação: ideologia e utopia*. Petrópolis : Vozes, 1979

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro*. 8 ed. : São Paulo : Cortez; Brasília, DF : UNESCO, 2003.

PÓVOAS, Francisco. *Planejamento Estratégico da UFT 2005-2010 – Por uma universidade consolidada, plural e integrada no Amazônia*. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2005.

RAMOS, Luiz Fernando Angerami. *Meio Ambiente e Meios e Comunicação*. São Paulo : AnaBlume, 1995.

RODRIGUES, Justo Luis Pereira e NETO, Cândido B. C. *Sociologia, educação e sociologia da educação*. Fortaleza : Edições Livro Técnico, 2005